

O vínculo homem-trabalho-educação: Uma relação ontológica

The man-work-education link: An ontological relationship

GRACINO, Eliza Ribas ¹ e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura ²

Recebido: 13/08/2019 • Aprovado: 21/11/2019 • Publicado 25/11/2019

Conteúdo

1. Considerações Iniciais
 2. O significado do trabalho e da educação na perspectiva marxista
 3. O vínculo homem-trabalho-educação: Novas demandas?
 4. Considerações Finais
- Referências bibliográficas

RESUMO:

Apresentaremos neste artigo algumas contradições existentes na relação do trabalho e educação e o processo de objetificação do homem por meio dela. Apontaremos o sentido ontológico do trabalho; a influência da exploração do trabalho na educação; as contradições entre o discurso e as reais necessidades de uma mudança do status quo; a valorização expressa na remuneração condições de trabalho do professor, refletindo sobre a necessidade de um ensino voltado para as classes populares visando sua emancipação social e desideologização.

Palavras chave: Trabalho. Educação. Ideologia. Emancipação

ABSTRACT:

In this article we will present some contradictions in the relationship between work and education and the process of objectification of man through it. We will point out the ontological meaning of work; the influence of labor exploitation on education; the contradictions between discourse and the real needs of a change in the status quo; The appreciation expressed in the remuneration of the teacher's working conditions, reflecting on the need for teaching aimed at the popular classes aiming at their social emancipation and deideologization.

Keywords: Education. Ideology. Emancipation

1. Considerações Iniciais

Ao escrever as Teses de Feuerbach, Marx e Engels (2007) ponderam que o principal interesse dos filósofos estava em interpretar o mundo, mas não em transformá-lo, ou em analisá-lo com bases no real concreto, conectando a filosofia a realidade por meio do processo real da produção material da vida.

O presente texto é um desafio em abordar as discussões da teoria do conhecimento e da epistemologia a partir da teoria marxista, tecendo considerações sobre a relação do homem com o trabalho, com base no real. Nesse movimento buscamos encontrar as aproximações e as diferenças do sistema econômico proposto na atualidade. Com base na teoria marxista buscamos compreender o sentido ontológico do homem e sua relação com o trabalho. A desvalorização humana e a desapropriação do sujeito de sua condição, tornando-se objeto, ou melhor dizendo, mercadoria do sistema capitalista.

Nesse sentido, apontamos a educação como uma das principais ferramentas para a desideologização das massas populares, e emancipação humana, tendo a teoria marxista como suporte de análise, dada a importância desta para a teoria do conhecimento e epistemologia, uma vez que a teoria marxista constitui-se em uma epistemologia, possibilitando a dialética, tendo como categorias nucleares do processo metodológico da pesquisas categorias totalidade, mediação e contradição, à luz da quais abordaremos as questões pertinentes a relação do homem com o trabalho e a educação a partir da realidade.

Essas categorias teóricas são também categorias ontológicas, uma vez que representam o ideal das particularidades da realidade, uma vez que expressam o ser social, buscando determinações, ou condicionamentos e seu processo de superação, sendo o movimento do ser social e sua forma de ser, de maneira dinâmica (NETTO, 2011).

2. O significado do trabalho e da educação na perspectiva marxista

O homem é parte integrante da natureza e relaciona-se de maneira estreita com ela. Como sujeito ativo, ser "natural" e biológico, nesse processo vital coloca em "movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana" (MARX, 1985, p. 202), extraindo da Natureza o necessário para sua subsistência.

Essa interação com a natureza permite que o homem se torne distinto dentre os demais animais, uma vez que a atividade primordial do trabalho para sua subsistência permite a ele a humanização, sendo portanto o trabalho a própria manifestação de sua existência, uma vez que para intervir na natureza é necessário a definição da finalidade e a elaboração de estratégias. Assim sendo, para que sua necessidade seja suprida (realidade objetiva), faz-se necessário refletir a respeito das maneiras de executar seu intento e da busca de meios que possibilitem atingir seu objetivo. Essa intervenção na natureza faz com que haja a transformação de ambos - homem e natureza -, tornando possível não só a interação homem-natureza como a interação homem-sociedade, gerando novas demandas e necessidades. (MARX, 2004).

É relevante considerar que o homem interage em e com uma sociedade dinâmica e contraditória, permeada por constantes conflitos de interesses antagônicos, o que traz a necessidade de considerá-la dialeticamente, tendo em vista que este conflito se estabelece pela base material da produção social, não havendo como eximir-se dele, uma vez que na

[...] produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de suas forças produtivas. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual (MARX, 2008 p. 47).

Essa estrutura social compõe-se da produção material (infra-estrutura), representada pelos modos de produção econômica, que são distintos em cada formação social e período histórico; e da produção imaterial (superestrutura), que relaciona-se com o modo utilizado pelos homens para produzir sua existência, a partir da infra-estrutura, por meio das organizações políticas e jurídicas. Por serem interligadas, uma estrutura determina a outra, impossibilitando a mudança do conjunto da estrutura social, se não houver esforços para a libertação do homem da condição de alienação (MARX, 2003; 2004). Essas relações sociais transformaram-se durante a história humana, modificando o sentido ontológico do ser enquanto ser. Para Nascimento; Silva (2015, p.23) a ontologia significa,

Compreender as questões relativas à ontologia do ser social demanda o entendimento do sentido do homem em sua totalidade (individualidade e a subjetividade). Na sua individualidade singular o ser social carrega consigo as dimensões da subjetividade e da objetividade, que por sua vez devem estar em constante relação consigo mesmo, com a natureza e com os outros homens. O ser social constitui uma totalidade onde estão as dimensões da objetividade e da subjetividade de maneira integrada.

Como toda atividade humana, o trabalho resulta das atividades anteriores, devendo ser observado em conexão com as relações sociais. Das condições materiais de produção e do conjunto das relações sociais e de força produtiva originou-se um determinado tipo de sujeito, que apreende o objeto a partir da realidade material. (MARX; ENGELS, 2007)

Esse sujeito histórico, determinado por suas relações com os meios de produção de sua vida material está também condicionado as relações sociais e econômicas, que determinam sua consciência, condicionando suas "atividades" e seu "modo de vida", assim sendo, "[...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também como o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Durante o processo histórico de dominação de uma classe pela outra, a classe que detém os modos de produção buscou subsídios políticos e poder, avançando e apropriando-se do capital, que, posteriormente, tornou-se o elemento primordial e diferenciador da divisão de classes. O trabalho transformou-se em mercadoria, com valor econômico determinado e regulado pelas leis de mercado. "As transformações sócio-econômico-políticas ocasionaram o êxodo do trabalhador para as grandes cidades, obrigando-se a vender sua força produtiva para poder sobreviver" (MARX, 1996, p. 34 - 59).

É importante pontuar que as relações das classes são distintas em cada período histórico, uma vez que há diferenças no desenvolvimento da produção, entretanto, a sociedade está dividida em classes desde a Idade Média. Marx e Engels consideram que o surgimento do proletariado e da burguesia (constituição de classes), tem seu ápice a partir da revolução industrial a priori na indústria têxtil, expandindo-se posteriormente, que invalida o trabalho artesanal, e obriga o artesão a vender sua força de trabalho para as fábricas (MARX, 1996, p. 285-293).

A mercantilização do trabalho trouxe novos valores e, por que não dizer, uma inversão de valores, uma vez que houve a modificação da "essência subjetiva" do homem, transformando-o em objeto e o que era conhecido como objeto (ou a propriedade) em sujeito (MARX, 2004, p.99).

A realização do trabalho surge de tal modo como desratização que o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho. Sim, o trabalho transforma-se em objeto, quede só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, o capital. (MARX, 2005, p. 112).

Ao escrever sobre "Propriedade Privada e Trabalho, Marx aponta que o desenvolvimento da propriedade privada se deu em três momentos: "A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada, enquanto atividade sendo para si, enquanto sujeito, enquanto pessoa" (MARX, 2004, p.99).

Dessa maneira, a força de trabalho passa a ser comercializada como mercadoria vendida pelo homem, que tem nela agora uma força estranha que não mais lhe pertence, mas a outro homem deixa de ser manifestação da existência, ou manutenção desta. A apropriação do trabalho humano gerada pelo advento do capitalismo fez com que algo que em sua essência era interiorizado, se tornasse exteriorizado, cavando um abismo entre o homem e o fruto de seu trabalho, tornando-o "alienado", mutilando o trabalho e o homem (MARX, 1987, p. 412- 413).

Mediante a alienação do trabalho, o que deveria ser produzido para a subsistência passa a ser vendido, explorado, expropriado, impossibilitando o trabalhador de possuir os bens que produz, tirando a possibilidade de humanização empobrecendo-o em todos os sentidos, já que [...] com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, p.111, 1844).

Da mesma maneira, a estrutura social e política estão conectadas com a produção, desta maneira, é a vida que determina a consciência, sendo que no processo de desenvolvimento humano, tanto o real quanto empírico é observável, diante de condições de tempo, espaço, conjuntura determinadas, já que "os indivíduos determinados contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas, ainda que isso determina a formação dos sujeitos, pois "a produção de ideias está imediatamente entrelaçada com a atividade material com a linguagem da vida real" (MARX e ENGELS, 2007, p.93).

Uma vez que a produção dos bens materiais determina as relações humanas, sendo o trabalho atividade vital e imprescindível para a vida humana, a exploração do trabalho intensifica a alienação do homem, tornando imprescindível repensar e elevar as sínteses teórico-práticas para que esse processo seja conhecido. Por este motivo defendemos a teoria marxista enquanto epistemologia, devido a possibilidade de se elaborar e difundir uma concepção a partir do real concreto, buscando a transformação da sociedade (MARX; ENGELS, 2007)

As relações de trabalho e as forças produtivas são fomentadas pela lógica do capital e, mediante esse processo as transformações da realidade emerge a necessidade de pessoas com a habilidade de operar maquinários, sendo a educação a única "capaz de promover segura e positivamente essa transformação" (CARVALHO 2012, p.264). Desta maneira, a educação para o trabalho se torna preocupação do Estado, mediante o surgimento de "novas demandas para os processos educativos dos trabalhadores, que são atendidas pelo Estado e pelo mercado" (NASCIMENTO, 2005, p. 6).

3. O vínculo homem-trabalho-educação: Novas demandas?

Apesar das mudanças sociais ocorridas desde a institucionalização da escola, a educação ainda é vista por muitos integrantes da classe trabalhadora como um meio de ascensão social. Entretanto, a realidade é um aumento das dificuldades do sistema público para realizar a transmissão dos conteúdos escolares, quem dirá na execução desta incumbência. A falta de recursos organizacionais, financeiros, humanos, dentre outros, tão difundidos tanto pela mídia, infelizmente é uma realidade em nosso País.

Desde o primeiro modelo educacional (a educação jesuítica), o principal objetivo da educação foi a catequização, ou seja, a impressão aculturação e a tentativa de imprimir costumes sem significado. Esse modelo, por vezes ainda se faz presente na educação brasileira, com modelos e linguagens de difícil compreensão e dissociados da realidade da comunidade, apresentando descompasso e descompromisso com uma educação emancipatória, o que nos leva a questionar:

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital? (MÈSZÁROS, 2008, p. 47-48).

Será que vivemos um "faz de conta", em que acreditamos de fato que somos ou que temos oportunidades iguais? Quais as aproximações e diferenças na aprendizagem de crianças de realidades tão distintas? Indubitavelmente as diferenças existem e o sistema meritocrático é cruel e impiedoso, embora se diga que as oportunidades são iguais, mas o avanço depende do esforço de cada um, uma vez que todos recebem os mesmos incentivos e ensinamentos.

Desde o século XX assistimos os altos índices de desemprego, ocasionados pela diminuição do consumo, especialmente em suas primeiras décadas. Por este motivo, sanar as dificuldades e assegurar o desenvolvimento tornou-se atribuição do Estado, que para cumprir tal objetivo assumiu o encargo de interventor nas relações de trabalho e educação. A industrialização e o aprimoramento dos maquinários tornaram a educação uma necessidade emergente. Qualificar o trabalhador para manusear esse instrumento sofisticado de trabalho se tornou urgente e, a educação tornou-se o instrumento para a manutenção da hegemonia da classe dominante (NASCIMENTO, 2005).

Perceber como emerge da realidade, em momentos distintos da história da humanidade a dominação de uma classe sobre a outra, por meio da manutenção da hegemonia e do status quo, só é possível por meio da historicidade, rompendo dualidade entre essência e historicidade", isso só é possível por meio do entendimento da essência do processo histórico, ou seja, da ontologia (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 40).

Assim como o trabalho, a educação sofre modificações. No início do processo de humanização do homem pelo trabalho, a educação era uma "apropriação coletiva dos meios da produção material e da apropriação coletiva dos meios de existência humana", ou seja, os homens educavam-se no simples convívio. (SAVIANI, DUARTE, 2012, p. 41).

[...] No caso da educação enquanto complexo social, claro fica que ela repousa sobre a base econômica e de alguma forma sofre determinações desta base, mas, ao mesmo tempo, constitui um complexo social específico que também medeia a realização econômica no seio da forma social vigente." (MACÁRIO, 2003, p. 136).

Cabe ressaltar que seja qual for o tempo histórico, a sociedade capitalista caracteriza-se pela expropriação de todos os meios de produção, tanto materiais quanto imateriais, fragmentando o trabalho e incorporando o trabalhador na lógica do capital.

Em prol do capital, tornam-se dominantes aqueles que gerem e pensam sobre o sistema, sendo os encarregados da execução das atividades impostas são os dominados, desta maneira "a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual" (MARX E ENGELS, 2007, p.35).

Desta forma, impõe-se a separação entre educação e trabalho tornando-os processos distintos e dissociados, impondo-se a dualidade a atividade educativa dando aos homens livres a responsabilidade sobre o trabalho intelectual e aos escravos e servos, a educação necessária aos serviços braçais, surgindo então o impasse de dar oportunidade de educação escolar para os trabalhadores, mas sem arriscar o domínio (SAVIANI, 2007).

Para alcançar esse intento, a classe dominante assegura seu domínio "[...] através do conhecimento metódico, e converte a ciência, que é um conhecimento intelectual, uma potência espiritual, em potência material por meio da indústria" (SAVIANI, 2003, p. 96), ofertando aos filhos da classe trabalhadora educação e conhecimentos técnicos suficientes para a realização de sua função no sistema de produção, desapropriando-os dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, sem que estes percebam os processos e a importância dos conhecimentos a eles negados (SAVIANI; DUARTE, 2012).

Oficialmente, o discurso do Estado sobre a educação é o de universalização, apregoando os "princípios de convivência em sociedade", entretanto, a educação para o consenso mascara a negação da instrumentalização necessária para o desenvolvimento crítico, uma vez que o real interesse é a manutenção do status quo e da hegemonia da classe dominante (NASCIMENTO, 2009, p. 4 e 5). Em prol desta finalidade, universalizou-se a educação, mas sem a intenção de desenvolver intelectualmente os filhos da classe trabalhadora, ocultando a realidade objetiva, para que estes não compreendam sua condição de dominados (ENGUITA, 1989).

Contraditoriamente, o mesmo instrumento de alienação é um potencial instrumento de luta e superação da lógica antagonista do capitalismo, se utilizada pela classe trabalhadora para a transformação, mas isso perpassa o investimento de esforços em repensar a práxis educativa e a função social da escola, ofertando uma educação politécnica de qualidade, tendo seu princípio educativo fundamentado no trabalho, percebendo que "a coincidência das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente com práxis revolucionária" (MARX, 1999, p. 12).

Embora cada sociedade, historicamente imponha necessidades distintas, as principais demandas pertinentes ao trabalho e a educação pouco diferem, uma vez que perpassam o acesso a educação de qualidade. Assim sendo, a transformação da sociedade só poderá ser vislumbrada a partir do acesso dos filhos da classe trabalhadora a uma educação crítica, com acesso aos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, democratizando o ensino e rompendo com as dualidades impostas pelo capital, valorizando o trabalho como parte intrínseca do desenvolvimento humano.

4. Considerações Finais

Brevemente, nestas considerações frisamos a importância de compreendermos a realidade em que vivemos, interpretando-a sim, mas principalmente assumindo o compromisso em transformá-la.

Explanamos no decorrer do texto que as preocupações com o desenvolvimento humano, tanto condições de trabalho quanto a escolaridade de qualidade para a classe trabalhadora

nunca foi uma preocupação daqueles que dominam, sendo o trabalhador percebido somente como objeto, ou meio necessário para o enriquecimento, por este motivo, é preciso lutar para que a educação assuma de fato sua função social, impedindo o convencimento das massas, de que as condições materiais e a educação que possuem é o melhor que podem obter.

Como educadores, percebemos a urgência em (re) pensar a escola real e a que almejamos. Não basta apenas apontarmos nesse texto as dificuldades sociais e educacionais sinalizadas como num discurso vazio, é preciso muito mais que isso. A percepção da importância do trabalho como condição essencial humana e a atividade educativa emancipadora também é necessária para impedir a objetivação do homem, uma vez que emerge em nossa sociedade "o carecimento (Bedürfnis) do homem se tornou carecimento humano, em que extensão o outro homem enquanto homem converteu-se para ele em carecimento; em que medida ele, em seu) modo de existência mais individual, é, ao mesmo tempo, ser coletivo" (MARX, 1974, p. 8).

Nestas considerações a intenção é apontar para a necessidade de transformação, entretanto essa breve reflexão não é suficiente para esgotarmos o assunto, mas surge da inquietação em elevar teórico-praticamente nossas sínteses por meio de uma práxis ética, contemplando a luta por uma sociedade sem classes.

Referências bibliográficas

- BIBLIOTECA NACIONAL (1988). Para uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro.
- CAMBI, F. História da Pedagogia (1999). Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP.
- CARVALHO, J. M. de. (2012). Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15a. ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COMPARATO, F. K. (2005). A afirmação histórica dos direitos humanos (pp. 175-206). 2. ed. rev. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2001. p. 175 e 206.
- CHUAÍ, M. O que é ideologia. (1980). Digitalização 2004. Disponível em: <<http://www.mrherondomingues.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/1470/14/arquivos/File/Documentacao/Oqueideologia.pdf>> acesso em: 14/03/2016.
- COSTA, E. V. da. (1999). Da monarquia à República: momentos decisivos (pp. 164-166). São Paulo: Grijalbo.
- ENGUITA, M. F. (1989). A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas. LARA, S. H. (1988). Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro.
- MACÁRIO, E. (2003). Trabalho e mediação social. In: MENEZES, A. M. D. de & FIGUEIREDO, F. F. (Orgs.) Trabalho, sociabilidade educação: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: UFC, 2003.
- MANARCORDA, M. A. (1991) Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Editora Corte e autores Associados.
- MARX, K; ENGELS, F. (1996). O capital: crítica da economia política. Nova Cultural Ltda, São Paulo.
- _____. (2004). Textos sobre a Educação e Ensino. 4. Ed. São Paulo: Centauro.
- _____. (1985) Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo. A miséria da filosofia. São Paulo: Global.
- _____. (2003). Contribuição da economia política. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1998). Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998
- _____. (2004). Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.
- _____. (1974). Terceiro manuscrito. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos (pp. 07-54). São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- _____. (2002). O capital: crítica da economia política. 19ª Edição, Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1996). O capital: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (2009). Para a questão judaica. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2007). A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder ; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo.
- _____. (1977). Contribuição a crítica da economia política. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1996). O Capital. Editora Nova Cultura Ltda, São Paulo, 1996.
- _____. (1987). A ideologia alemã (I-Feuerbach) (pp. 26-39). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: HUCITEC.
- _____. (2005) Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret.
- _____. (1975). Escritos de juventude: manuscritos de 1844 (p. 130). Lisboa: Edições 70.
- MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOURA, C. (1986). Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo. Editora Brasiliense.
- NASCIMENTO, M. I. M.; SILVA, R. M. da. (2015). Teoria e educação pela ótica marxista. REVISTA ANALECTA (v.14 n. 1 p. 21 - 35 Jan./Jun). Guarapuava, Paraná.
- NASCIMENTO, C. G. (2005). A Educação Camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO. Dissertação de Mestrado (Educação). Campinas: FE/UNICAMP.
- _____. (2009). História, trabalho e educação: Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. Campinas/SP. Tese de doutorado. UNICAMP.
- NETTO, J. P. (2011). Introdução ao método de Marx. São Paulo: Expressão Popular.
- SAVIANI, D. (2003). Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados.
- SINGER, C. G. (1974). John Calvin: his roots and fruits. Philadelphia: The Presbyterian and Reformed Publishing.
- SINGER, P. (1981). Dominação e desigualdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, P. (1987). O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 10. ed. São Paulo: Moderna.
- REZENDE FILHO, C. (1995). História econômica geral. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- TONET, I. (2013). Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács.

2. Docente da UEPG. Brasil. Departamento de Educação/PPGE UEPG. Brasil. Bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq. Líder do Grupo HISTEDBR Campos Gerais. E-mail: histedbrcamposgerais@gmail.com

3. Idade média (cultivo da terra) – relações barão e servo; cidades da baixa Idade Média - relação mestre da corporação, o oficial e o jornaleiro; Século XVII – relação proprietário da manufatura e o operário manufatureiro; Século XIX (forças produtivas pouco desenvolvidas) – relação grande fabricante e proletário; 1847 - relação burgueses e proletários

4. Essas dificuldades foram geradas devido as diversas crises enfrentadas pelo sistema capitalista especialmente após a Primeira Guerra Mundial, e a Quebra da Bolsa de Nova York, em 1929 (HOBBSAWN, 1995).

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015
Vol. 40 (Nº 41) Ano 2019

[Índice]

[Se você encontrar algum erro neste site, por favor envie um e-mail para [webmaster](#)]